



UNIVERSO SOLAR BRASIL
ENERGIA QUE TRANSFORMA!



ILUSTRÍSSIMO SENHOR CHEFE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA PALMEIRAS

PROCESSO LICITATORIO Nº 01/2022

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022

Tipo da Licitação: menor preço

Regime de execução: empreitada por preço global

Impugnação de edital

A empresa SFB SOLAR SISTEMA FOTOVOLTAICO BRASILEIRO LTDA, estabelecida na Rua Portinari 384, Jardim das Nações, Foz do Iguaçu, Paraná, Fone 45 3528-6816, email: sfb.solar@hotmail.com, inscrita no CNPJ sob nº 36.427.465/0001-70, neste ato representada por Eduardo Henrique Ramos da Silva, Sócio Administrador, RG 9934866-6, CPF 061.493.109-65, Residente e domiciliado na Cidade de Foz do Iguaçu – PR vem, tempestivamente, conforme permitido no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de IMPUGNAR os termos do Edital em referência, que adiante especifica o que faz na conformidade seguinte:

I – TEMPESTIVIDADE.

Considerando o prazo legal para apresentação da presente impugnação, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, razão pela qual deve conhecer e julgar a presente impugnação.

II – FATOS.

A subscrevente tem interesse em participar da licitação para registro de preços, conforme consta no Termo de Referência anexo ao edital.

Ao verificar as condições para participação na licitação citada, constatou-se que o edital prevê no seu Projeto Básico item **27. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** e subitens **27.2. CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL:**

27.2.2. A comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante deverá ser feita mediante a apresentação de pelo menos um atestado técnico fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome do profissional habilitado responsável técnico pelo serviço, que comprove que a empresa executou serviço de fornecimento, instalação e comissionamento de unidade geradora solar fotovoltaica na categoria minigeração, do tipo conectado à rede (on-grid), vedado expressamente à apresentação de atestados e CATs de sistemas fotovoltaicos com potência inferior, com o objetivo de alcançar o valor de potência requerido pela soma das potências individuais.

CNPJ: 36.427.465/0001-70 - RUA CANDIDO PORTINARI Nº 384 /JARDIM DAS NAÇÕES, CEP 85.865-010 FOZ DO IGUAÇU/PR
Fone: (45) 3528-6816 mail: sfb.solar@hotmail.com



Instagram @universolar.brasil

www.universosolarbrasil.com.br

III – DIREITO.

Conforme acima já destacado consta do edital / Projeto Básico, em seu subitem 27.2.2 que para comprovação da **capacidade técnico-operacional** da empresa licitante a mesma deverá ser feita mediante a apresentação de pelo menos um atestado técnico fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, **acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome do profissional habilitado responsável técnico pelo serviço, que comprove que a empresa executou serviço** de fornecimento, instalação e comissionamento de unidade geradora solar fotovoltaica na categoria minigeração, do tipo conectado à rede (on-grid), vedado expressamente à apresentação de atestados e CATs de sistemas fotovoltaicos com potência inferior, com o objetivo de alcançar o valor de potência requerido pela soma das potências individuais.

A exigência de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome do profissional habilitado responsável técnico pelo serviço, que comprove que a empresa executou serviço de fornecimento, instalação e comissionamento de unidade geradora solar fotovoltaica na categoria minigeração, do tipo conectado à rede (on-grid) **É IRREGULAR** e precisa ser corrigida. *Porquê?*

O estabelecido não corresponde à Lei de Licitações, pois *"É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes."* (Acórdão: 1849/2019 - Plenário. Data da sessão: 07/08/2019. Relator: Raimundo Carreiro).

A exigência de registro de atestado da capacidade técnica-operacional, em nome de qualquer profissional, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme verificado na Tomada de Preços 01/2022 não tem previsão legal no art. 30, § 3º, da Lei 8.666/1993, e contraria o disposto na Resolução Confea 1.025/2009 e nos Acórdãos 128/2012-TCU-2ª Câmara (relatado pelo Ministro José Jorge), 655/2016-TCU-Plenário (relatado pelo Ministro Augusto Sherman) e 205/2017-TCU-Plenário (relatado pelo Ministro Bruno Dantas);

A referida exigência não encontra respaldo no § 3º do art. 30 da Lei n. 8.666/1993, o qual prescreve que *"Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior"*. Perceba-se que não existe exigência legal quanto ao registro das certidões ou dos atestados no Crea ou no CAU.





UNIVERSO SOLAR BRASIL
ENERGIA QUE TRANSFORMA!



Ainda a respeito do tema, elucidativo o seguinte trecho extraído do voto condutor do Acórdão 2.894/2017-TCU-Plenário (Rel. Min. Bruno Dantas):

A distinção entre os conceitos de qualificação técnico-operacional e técnico-profissional apresenta-se estabelecida na Lei 8.666/1993 e na jurisprudência desta Casa. De acordo com lição contida no Acórdão 2.208/2016-TCU-Plenário, que analisou detidamente a questão, a capacidade técnico-operacional concerne à empresa, visto que o dispositivo que trata do assunto (art. 30, inciso II) faz referência a aspectos típicos deste ente, como instalações, equipamentos e equipe, ao passo que a capacidade técnico-profissional relaciona-se ao especialista que atua na empresa, conforme expresso no dispositivo correspondente (art. 30, § 1º, inciso I), que remete especificamente ao profissional detentor do atestado.

Em adição, outra diferença relevante e já consolidada na jurisprudência do Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 923/2015, 655/2016 e 205/2017, todos do Plenário, é que não se pode exigir que a atestação da capacidade técnica (operacional) da empresa seja registrada ou averbada junto ao Crea correspondente, em respeito ao art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009, que veda a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica.

V – PEDIDOS.

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito de SUPRIMIR do Edital / Projeto Básico o subitem 27.2.2.

Requer ainda seja determinada a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Foz do Iguaçu – 31 de janeiro de 2022.

SFB SOLAR SISTEMA
FOTOVOLTAICO
BRASILEIRO
LTDA:36427465000170

Assinado de forma digital
por SFB SOLAR SISTEMA
FOTOVOLTAICO BRASILEIRO
LTDA:36427465000170
Data: 2022.01.31 13:46:24
+00'

Eduardo Henrique Ramos da Silva

Sócio Administrador

CNPJ: 36.427.465/0001-70 - RUA CANDIDO PORTINARI N° 384 /JARDIM DAS NAÇÕES, CEP 85.865-010 FOZ DO IGUAÇU/PR
Fone: (45) 3528-6816 mail:sfb.solar@hotmail.com



Instagram @universolar.brasil

www.universosolarbrasil.com.br



Préfeitura Municipal de São José das Palmeiras <pmsjpalmeiras@gmail.com>

Solicitação de Esclarecimento - Tomada de Preços Nº 01/2022 do Município de São José das Palmeiras-PR

1 mensagem

Déborah G. Pereira <deborah.eletricarad.ante@gmail.com>

2 de fevereiro de 2022 12:22

Para: pmsjpalmeiras@gmail.com

Cc: caroline.eletricaradiante@gmail.com

Senhores(as), Boa tarde

Venho através deste, solicitar informação referente à Licitação **Tomada de Preços Nº 01/2022 do Município de São José das Palmeiras-PR**.

Primeiramente, temos a seguinte consideração:

Segundo a resolução 482 da Aneel, os sistemas fotovoltaicos conectados à rede possuem duas categorias:

- **Microgeração** : Sistema de geração de energia elétrica conectado à rede, com potência instalada, em corrente alternada, **menor ou igual a 75kW**;
- **Minigeração** : Sistema de geração de energia elétrica conectado à rede, com potência instalada, em corrente alternada, **maior que 75kW e menor ou igual à 5MW**.

O objeto descrito no edital da licitação é o seguinte:

3. OBJETO

- 3.1. Fornecimento dos Projetos Técnicos e Executivos, documentos complementares e ART, materiais, equipamentos, placa de obra e serviços para instalação do sistema de geração de energia solar fotovoltaico *on grid* homologado e comissionado pelo órgão competente em estrutura em "solo" nos prédios públicos conforme especificações e localização na tabela abaixo.

Item	Local	Local de instalação	Potência do sistema (kWp)	Valor Total
1	Centro de Eventos	Modelo Estrutura em Solo	75	309.000,00
VALOR TOTAL (R\$)				309.000,00

No edital, no Anexo II-Projeto Básico/Referência, item 27.2.2. que trata sobre a comprovação da Capacidade Técnica Operacional, diz o seguinte:

"A comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante deverá ser feita mediante a apresentação de pelo menos um atestado técnico fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome do profissional habilitado responsável técnico pelo serviço, que comprove que a empresa executou serviço de fornecimento, instalação e comissionamento de unidade geradora solar fotovoltaica na categoria minigeração, do tipo conectado à rede (on-grid), vedado expressamente à apresentação de atestados e CATs de sistemas fotovoltaicos com potência inferior, com o objetivo de alcançar o valor de potência requerido pela soma das potências individuais."

E mais abaixo, no item 27.3.1 que trata sobre a Capacidade Técnica Profissional, diz o seguinte:

"A licitante deve comprovar que possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional habilitado de nível superior ou equivalente, detentor de atestado de capacidade técnica devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este conselho, que comprove ter o profissional executado para órgão ou ente da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, o serviço de fornecimento, instalação e comissionamento de gerador solar fotovoltaico do tipo conectado à rede (on-grid) com capacidade mínima de 40 kWp, vedado expressamente a apresentação de CATs de sistema solar fotovoltaico com potência inferior, com o objetivo de alcançar o valor de potência requerido pela soma das potências individuais."

Q1: Se o objeto do edital é um sistema fotovoltaico conectado à rede que se enquadra como sistema de Microgeração, e a capacidade técnico profissional também; Por que está sendo cobrado na capacidade operacional da empresa um atestado de sistema de Minigeração?



Aguardo o retorno.
Atenciosamente,

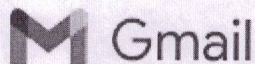
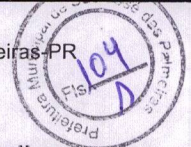
--

DÉBORAH G. PEREIRA

ENG^a ELETRICISTA

E-MAIL: deborah.eletricaradiante@gmail.com

FONE: +55 62 98124-8423



Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras <pmsjpalmeiras@gmail.com>

Solicitação de Esclarecimento - Tomada de Preços Nº 01/2022 do Município de São José das Palmeiras-PR

1 mensagem

Déborah G. Pereira <deborah.eletricaradiante@gmail.com>

28 de janeiro de 2022 15:57

Para: pmsjpalmeiras@gmail.com

Cc: caroline.eletricaradiante@gmail.com

Serh cres(as), Boa tarde

Venho através deste, solicitar informação referente à Licitação **Tomada de Preços Nº 01/2022 do Município de São José das Palmeiras-PR**.

No edital, no Anexo II-Projeto Básico/Referência, item 27.2.2. que trata sobre a comprovação da capacidade técnica-operacional diz que é " (...) vedado expressamente a apresentação de atestados e CATs de sistemas fotovoltaicos com potência inferior, com o objetivo de alcançar o valor de potência requerido pela soma das potências individuais. "

Q1: Qual é o valor exato de potência nesse critério? (Sendo que no item posterior 27.3.1 que trata sobre a capacidade técnico-profissional pede uma capacidade mínima de 40 kWp)

No item 3 do Anexo II-Projeto Básico/Referência apresenta uma tabela com especificações e localização. No campo "Local" é informado "Centro de Eventos"

Q2: Qual é o endereço completo do local ?

Q3: Será necessária a implantação de novo padrão de energia, ou readequação de padrão de energia existente?

Os equipamentos que compõem o sistema de geração fotovoltaico são importados, e sofrem variações de mercado, como por exemplo o valor do dólar. Além disso, estruturas de Solo e Carport utilizam bastante material metálico que encarece o valor do sistema em comparação com as estruturas em cobertura que são instaladas em telhado existente.

No item 2.3 do Anexo II-Projeto Básico/Referência informa que " Foi realizada pesquisa no site menor preço Nota Paraná, sem resultado, no dia 25 de agosto de 2021 ". Se os orçamentos de referência são de agosto de 2021, os preços dos equipamentos estão desatualizados agora em janeiro de 2022.

Dito isso, suspeitamos que o valor estimado da licitação está bem abaixo do valor do custo de mercado do sistema com estruturas em Carport atualmente.

Q4: Favor confirmar se o valor estimado máximo da licitação para sistema de 75 kWp em estrutura Carport será de R\$ 309.000,00

Aguardo o retorno.

Atenciosamente,

--

DÉBORAH G. PEREIRA

ENGª ELETRICISTA

E-MAIL: deborah.eletricaradiante@gmail.com

FONE: +55 62 98124-8423



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – PR.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2022.
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE USINA/SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, COM ELABORAÇÃO DO PROJETO E SUA APROVAÇÃO JUNTO À CONCESSIONÁRIA COPEL, INCLUINDO TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, BEM COMO TODA MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO, PARA FUNCIONAMENTO DO REFERIDO SISTEMA, ATRAVÉS DE CONVÊNIO Nº 4500060819 COM ITAIPÚ BINACIONAL

À Comissão de Licitação

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

A empresa ICTUS SOLUCOES EM ENERGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.578.862/0001-10, sediada na Rua Machado de Assis, 2013 Bairro Osvaldo Cruz, na Cidade de Palotina-PR, por seu representante legal o Sr. ALYSSON ROBERTO GUAYUME, portador do CPF sob nº 006.843.429-44 RG 8.621.474-1 SSP/PR, **VEM RESPEITOSAMENTE** apresentar alegações para pedido de impugnação do edital acima referido para os itens 27.2 e 27.3 são eles:

27.2. CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL

27.2.2 A comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante deverá ser feita mediante a apresentação de pelo menos um atestado técnico fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome do profissional habilitado responsável técnico pelo serviço, que comprove que a empresa executou serviço de fornecimento, instalação e comissionamento de unidade geradora solar fotovoltaica na categoria minigeração, do tipo conectado à rede (on-grid), **vedado expressamente a apresentação de atestados e CATs de sistemas fotovoltaicos com potência inferior, com o objetivo de alcançar o valor de potência requerido pela soma das potências individuais.**

27.3. CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL

27.3.1. A licitante deve comprovar que possui em seu quadro permanente, a dada prevista para entrega da proposta, profissional habilitado de nível superior ou equivalente, detentor de atestado de capacidade técnica devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este conselho, que comprove ter o profissional executado para órgão ou ente da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, o serviço de fornecimento, instalação e comissionamento de gerador solar fotovoltaico do tipo conectado à rede (on-grid) com capacidade mínima de 40 kWp, **vedado expressamente a apresentação de CATs de sistema solar fotovoltaico com potência inferior, com o objetivo de alcançar o valor de potência requerido pela soma das potências individuais.**



Especificamente quando alegam que tanto o Atestado da empresa quanto de seu responsável técnico não podem ser somados para alcançar com capacidade mínima de 40 kWp:

“ vedado expressamente a apresentação de CATs de sistema solar fotovoltaico com potência inferior, com o objetivo de alcançar o valor de potência requerido pela soma das potências individuais”

Segundo várias decisões deferidas do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, a restrição a somente 1 acervo no edital seria ilegal porque ela só pode ser proferida através de situações de grande complexidade, conforme descritas abaixo:

Acórdãos ns. 1636/2007, 2150/2008, 342/2012, todos do Plenário, dentre outros julgados deste Tribunal;”. Precedentes mencionados: Acórdãos nºs 1.678/2006, 1.636/2007, 597/2008, 1.694/2007, 2.150/2008, 342/2012, todos do Plenário. Acórdão n.º 1865/2012-Plenário, TC-015.018/2010-5, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, 18.7.2012.

“É indevida a proibição de somatório de atestados, para efeito de comprovação de qualificação técnico-operacional, quando a aptidão da licitante puder ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado

Auditoria realizada nas obras de construção do sistema de esgotamento sanitário do município de Parnamirim/RN, custeadas com recursos repassados pelo Ministério das Cidades, apontou indícios de irregularidades na Concorrência n. 001/2008, que resultou na assinatura do Contrato n. 85/2008-Semop/RN com a empresa declarada vencedora do certame, no valor de R\$ 81.714.726,01. Entre os indícios de irregularidades apontados, destaquem-se as exigências contidas em edital que vedaram o somatório de atestados para fins de habilitação dos licitantes. Anotou a unidade técnica que o edital de licitação estabeleceu, para efeito de habilitação técnico-operacional, que a capacidade para execução de cada item da obra deveria ser demonstrada “em um único atestado, referente a uma ou mais obras isoladamente, não se aceitando valores resultantes de somatórios e, ainda, que todas as onze exigências agrupadas nas letras a, b, c e d do item 7.5.1.2, fossem comprovadas em no máximo 03 (três) atestados”. Considerou insatisfatórias as razões de justificativos dos responsáveis, no sentido de que tal medida visava simplificar o cumprimento de exigências pelas licitantes e aumentar a



participação de empresas. Ressaltou, a esse respeito, que “a possibilidade de apresentar um maior número de atestados permitiria que mais empresas alcançassem os quantitativos exigidos”. Ademais, “a jurisprudência deste Tribunal de Contas admite a **soma dos quantitativos constantes de mais de um atestado**”. O relator, por sua vez, anotou que as deliberações do Tribunal têm sido no sentido de que tal vedação é indevida, “nos casos, como o que ora se analisa, em que a aptidão técnica da empresa licitante possa ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado”. O Tribunal, então, quanto a esse aspecto, decidiu determinar ao Município de Parnamirim/RN que, em futuras licitações para contratação de obras e serviços de engenharia, custeadas com recursos federais, abstenha-se de: “(...) 9.2.2. estipular a necessidade de que a prova da execução anterior de determinados serviços se faça num único atestado, o que potencializa a restrição à competitividade, a não ser que a vedação ao somatório esteja devida e amplamente fundamentada nos autos do procedimento licitatório, em consonância com o disposto nos Acórdãos ns. 1636/2007, 2150/2008, 342/2012, todos do Plenário, dentre outros julgados deste Tribunal;”. Precedentes mencionados: **Acórdãos nºs 1.678/2006, 1.636/2007, 597/2008, 1.694/2007, 2.150/2008, 342/2012, todos do Plenário. Acórdão n.º 1865/2012-Plenário, TC-015.018/2010-5, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, 18.7.2012.**

Ou seja, em relação a esse tema, o Tribunal tem firmado jurisprudência no sentido de vedar a imposição de limites ou de quantidade certa de atestados ou certidões para fins de comprovação de qualificação técnica, salvo se a natureza da obra ou do serviço assim o exigir.

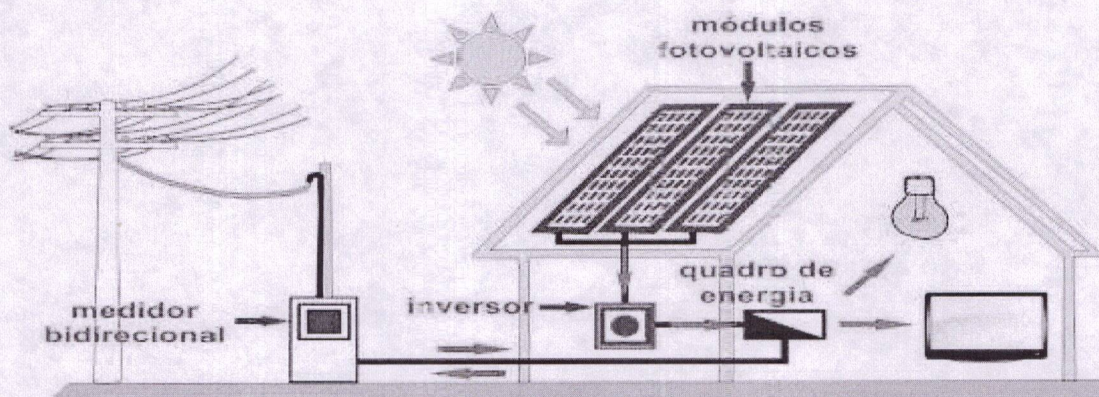
Nesse caso, a pertinência e a necessidade devem estar justificadas em estudos técnicos constantes dos autos do processo (Acórdãos 1.120/2010 – TCU – Plenário, 1.593/2010 – TCU – 2ª Câmara, 1.921/2010 – TCU – Plenário, 597/2008 – TCU – Plenário, 2.882/2008 – TCU – Plenário, 3.638/2008 – TCU – 2ª Câmara, 2.462/2007 – TCU – Plenário, e 571/2006 – TCU – 2ª Câmara). ”

O Objeto deste edital é a instalação de uma estrutura em solo com potência de 75 KWp, e está sendo exigido de capacidade técnica 40 KWp em um só atestado. É de conhecimento técnico, e isto pode ser verificado pela Comissão de Licitações e com Engenheiro Elétrico como forma de diligência, a empresa que instala 21,00 Kwp, 20,00 Kwp, instala tranquilamente 75 Kwp, pois a questão não se limita a potência, somente muda a quantidade de módulos que serão instalados.

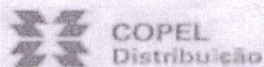


No exemplo abaixo podemos verificar como podemos exemplificar a questão. Cada módulo de energia solar solicitada para este edital ou chamada “PLACA”, terá que gerar 400 Watt, para atingir a potência desejada de 75 Kw_p (quilowatt pico), então assim seria o cálculo:

$75.000,00 \text{ (quilowatt pico)} : 400 \text{ Watts} = 187,5 \text{ ou } 188 \text{ Placas de módulos de } 400 \text{ watts}$ que deverão ser instaladas.



O título do documento requerido pela COPEL para aprovação do projeto para análise - e:” **FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ACESSO PARA MICROGERAÇÃO DISTRIBUÍDA COM POTÊNCIA SUPERIOR A 10kW.** Esse mesmo formulário é utilizado para 20kW_p, 37,5kW_p e 75kW_p uma vez que estão todas elencadas como microgeração (com potência menor que 75kW.)



FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ACESSO PARA MICROGERAÇÃO DISTRIBUÍDA COM POTÊNCIA SUPERIOR A 10kW

1 - Identificação da Unidade Consumidora - UC			
Código da UC:	Classe:		
Titular da UC:			
Rua/Av.:	Nº:	CEP:	
Bairro:	Cidade:		
E-mail:			
Telefone: ()	Celular: ()		
CNPJ/CPF:			
2 - Dados da Unidade Consumidora			
Potência instalada (kW):	Tensão de atendimento (V):		
Tipo de conexão:	monofásica	bifásica	trifásica
Tipo de ramal:	aéreo	subterrâneo	
3 - Dados da Geração			
Potência instalada de geração (kW):			
Tipo da Fonte de Geração:			
Hidráulica	Solar	Eólica	Biomassa
Outra (especificar):	Cogeração Qualificada		



Ou seja o que importa é a quantidade de placas instaladas, a potência varia conforme a quantidade delas.

Mesmo assim ainda é o entendimento do TCU, cuja jurisprudência pacífica considera possível o somatório de atestados independentemente de previsão editalícia (TCU: Acórdão nº 1.983/2014-Plenário; Acórdão nº 1.231/2012-Plenário e; Acórdão nº 1.890/2006-Plenário).

“A restrição à quantidade de contratos admitidos para fins de comprovação da experiência prévia em nada aproveita à Administração. É irrelevante, para os fins legais, ter o licitante executado determinado conjunto de serviços ou obras em contratos diferentes, ou no mesmo contrato, pois em ambos os casos estaria demonstrada sua capacidade para executar os serviços licitados.”

“Importa ao administrador tão somente a comprovação da capacidade técnica para executar as obras ou serviços nos quantitativos desejados, não sendo razoável exigir que o conjunto de serviços ou obras tenham sido executados em número determinado de contratos.”

Outra colocação é que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo **mínimo superior a 50%** do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível. Vejamos 75 Kw, 50% a de acervo exigido seria 37,50 Kw, e está sendo exigido 40 Kw.

Acórdão n.º 1054/2012-Plenário, TC 002.741/2012-1, rel. Min. André Luís de Carvalho, 2.5.2012.

“É ilícita a exigência de número mínimo de atestados de capacidade técnica, assim como a fixação de quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% dos quantitativos dos bens ou serviços pretendidos, a não ser que a especificidade do objeto recomende o estabelecimento de tais requisitos.

Acórdão 2696/2019: Primeira Câmara, relator: Bruno Dantas



“É irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.”

Por conseguinte a exigência estabelecida no diploma editalício restringe o caráter competitivo da licitação afrontando o inciso I, § 1º do artigo 3º da Lei 8666/93 que segue:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 25 de outubro de 1991;

Ao cabo, para arrimar mais ainda sua impugnação, segue abaixo alguns pareceres acerca da restrição do universo dos participantes:

TCU – Acórdão 2079/2005 – 1ª Câmara – “9.3.1. absterha-se de incluir nos instrumentos convocatórios condições não justificadas que restrinjam o caráter competitivo das licitações, em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93;”.

TCU – Decisão 369/1999 – Plenário – “8.2.6 absterha-se de impor, em futuros editais de licitações, restrições ao caráter competitivo do certame e que limitem a participação de empresas capazes de fornecer o objeto buscado pela Administração Pública, consoante reza o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93;”

TCU- Acórdão 1580/2005 – 1ª Câmara – “Observe o § 1º, inciso I, do art. 3º da Lei 8.666/1993, de forma a adequadamente justificar a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir o universo de licitantes.”

Com desenvoltura, acerca do assunto, o jurista Marçal Justen Filho versa:

“O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter “competitivo” da licitação” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Ed, São Paulo: Dialética, 2005, p. 63).



Portanto, considerando o entendimento do TCU somente em casos excepcionais será possível restringir, mediante previsão editalícia, o somatório de atestados para efeito de comprovação de qualificação técnica, fora isso é ilegal e injusto restringir o caráter competitivo.

Entendemos que a Comissão de Licitações deve se utilizar dos princípios da licitação como o da **Legalidade**: “A licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da Isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.”

Por fim, requeremos a Vossas Senhorias que seja aceito somatório de atestados, não somente pela vantagem financeira abrindo a concorrência a demais empresas mas sim pela questão de irrelevância da complexidade do objeto como já explicito.

Termos em que Pede,

E aguarda deferimento

Palotina, 14 de Fevereiro de 2022.

ALYSSON ROBERTO

GUAYUME:00684342944

Assinado de forma digital por ALYSSON

ROBERTO GUAYUME:0C684342944

Dados: 2022.02.14 15:12:57 -03'00'

ALYSSON ROBERTO GUAYUME

CNPJ 40.578.862/0001-10

PROPRIETÁRIO

CPF 006.843.429-44 RG 8.621.474-1 SSP/PR